



VIVER, MORAR E PLANTAR: O IMPACTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA VIDA DOS AGRICULTORES QUILOMBOLAS DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA

Autores:

Caroline dos Santos Santana - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urb -
caroline_santana@ymail.com

Resumo:

A relação entre planejamento urbano, agricultura urbana e políticas públicas não nos parece inicialmente uma relação cercada por conflitos, mas a partir da realidade das famílias que vivem da prática agrícola no espaço urbano, compreende-se que o planejamento urbano interfere em diversos âmbitos da vida: o econômico, político e também o social. O presente estudo discute a relação existente entre a agricultura urbana e o planejamento das cidades e o impacto dos instrumentos de regulação do espaço urbano na vida das famílias que vivem da agricultura na Cidade do Rio de Janeiro.

**VIVER, MORAR E PLANTAR:
O IMPACTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA VIDA DOS
AGRICULTORES QUILOMBOLAS DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA**

INTRODUÇÃO

“Eu sempre digo pra meu filho, se hoje tem banana apodrecendo é culpa do prefeito, é culpa desse treco de Plano Diretor, não falta é escola pra gente vender banana.”¹

Convencionalmente os instrumentos de gestão do urbano buscam ordenar e solucionar o que, habitualmente se denomina como “problemas urbanos”, através de tentativas verticalizadas, que nem sempre incorporam os diversos lugares de fala que constituem a cidade. No entanto, existem territorialidades que resistem e que a lógica hegemônica do planejamento não consegue cingir por meio de seus planos urbanísticos e legislações. O resultado é a desconsideração e a irracionalização das ações que se constituem no espaço urbano e acontecem à margem dos mecanismos e dos processos formais. Um exemplo são as práticas da Agricultura Urbana (AU) desenvolvidas na Cidade do Rio de Janeiro no entorno do Maciço da Pedra Branca, nos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim. Nesses espaços a produção agrícola além de permear o uso do espaço urbano, permite a continuação dos modos de vida e de relações sociais da população tradicional local. Não se pode desconsiderar, além disso, o fato de que a produção tem como objetivo o autoconsumo e o abastecimento das feiras agroecológicas, práticas que ocorrem de modo ainda que informal, de maneira organizada e espalhada (pontual).

O presente material tem como objetivo ser um ponto de discussão sobre a relação existente entre a agricultura urbana e o planejamento das cidades, busca-se evidenciar o impacto dos instrumentos de regulação do espaço urbano na vida das famílias que vivem da agricultura, em específico os moradores do Quilombo Cafundá Astrogilda, localizados no Maciço da Pedra Branca - Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Utilizaremos a análise do Plano Diretor como instrumento de gestão do espaço urbano para demonstrar como por meio da invisibilidade e expropriação o Estado desenvolve suas tecnologias de poder como forma de manter silenciosamente uma conflagração contra a população negra e pobre. Parte-se da hipótese de que o processo de não reconhecimento e proibição das práticas agrícolas nos territórios tradicionais do Maciço da Pedra Branca tem como expressão final a degradação das condições de saúde e existência, improbabilidade da continuidade do modo de vida tradicional e o extermínio das

¹ Fala de Dona Maria, agricultora e comerciante da Feira Orgânica do Rio da Prata, localizada em Rio da Prata, sub-bairro de Campo Grande. A partir desta fala surge o interesse pela temática do tensionamento existente entre o planejamento urbano e a agricultura urbana na Cidade do Rio de Janeiro a problematização fundante do estudo sobre o tema.

vidas negras, que convertidas em vidas dispensáveis indicam que a biopolítica (FOUCAULT, 1999) torna-se cada vez mais necropolítica (MBEMBE, 2003).

Este material também objetiva-se em evidenciar como a continuação de um modo de viver, ligado à prática agrícola e formação de outros modos de ocupar os espaços públicos constituem formas de resistência e tentativas de enfrentamento da realidade. Via promoção e construção de novos questionamentos e perspectivas que contribuam para manter viva a memória do lugar e a luta da população negra por políticas públicas de superação a discriminação racial e injustiças sociais e, enfrentamentos da realidade.

Para a escrita e elaboração do trabalho serão utilizadas informações obtidas em trabalhos de campo os relatos de entrevistas com os agricultores quilombolas e lideranças dos movimentos sociais parceiros.

AGRICULTURA URBANA : CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

A temática da agricultura urbana deve ser compreendida a partir de um cenário de mudanças na sociedade contemporânea em que se destacam o crescimento da urbanização, intensificada a partir dos séculos XVIII e XIX. Seguida com a mediação da Revolução Industrial mudanças no perfil demográfico e todas as posteriores transformações ocorridas no espaço urbano que igualmente impactam de forma incisiva no abastecimento alimentar, na qualidade da saúde e modo de vida das populações (FERREIRA, 2013). Como resultado destes processos, a cidade experimentou “novas” formas de reprodução social, no entanto, a agricultura continuou presente neste espaço e em seu entorno, em certa medida, adaptando-se às novas transformações e configurações espaciais e, ressignificando sua presença no espaço urbanizado.

As relações entre o rural e o urbano são cada vez mais avivadas levando ao consenso de que esta integração abrange diversas outras dimensões da vida (econômico, social e cultural), neste cenário, a agricultura aparece como um dos elementos integradores. Assim sendo, não se pode negar que tanto as agriculturas urbanas, quanto a periurbana e a rural, são importantes para a sociedade e as economias espaciais. O desenvolvimento da prática agrícola nos espaços urbanos acontece no mundo desde o surgimento das primeiras cidades (MOURA, FERREIRA, LARA, 2013), no entanto, o conceito de agricultura urbana ainda não foi plenamente desenvolvido. Trata-se de um tema em construção e disputa, isso porque os aspectos que definem esta atividade trazem à tona as implicações econômicas,

políticas, sociais e ecológicas que a prática da agricultura tem sobre a realidade das cidades em que se inserem.

“A agricultura urbana, bem como a periurbana são atividades que existem desde que existem cidades (BOUKHARAEVA et. al. 2005), há até quem defenda que a agricultura surgiu na cidade (JACOBS, 1971). Contudo, elas passaram a ser analisadas enquanto conceitos em estudos científicos mais recentes” (FERREIRA, 2013).

Os estudos acerca da conceituação da agricultura urbana abordam diversas dimensões e aspectos, que vão desde a sua locação, relação com o ecossistema urbano (FERREIRA, 2013), segurança alimentar até a inclusão social dos cidadãos. Estas concepções têm utilidade tanto no mundo acadêmico quanto na gestão de políticas públicas e intervenções estatais. Uma vez que os estudos sobre a agricultura urbana oferecem uma definição genérica com algumas indicações de seus traços distintos; na tentativa de identificar e decodificar esta prática, este estudo partirá de algumas das principais acepções teóricas sobre o tema. Esta é a justificabilidade de iniciar este trabalho abordando as diversas interpretações que contribuem para a compreensão da prática da agricultura em espaço urbano.

Compreende-se que as atividades agropecuárias desenvolvidas no âmbito do perímetro urbano podem ser classificadas como “agricultura urbana” ou “agricultura periurbana” (FAO², 1999). A primeira se realiza no espaço intra-urbano, sem distinção de terrenos, modo de ocupação do espaço, ou perfil econômico local, sendo assim, pode ser realizados em terrenos não edificadas, públicos ou privados, localizados em bairros de classes médios e altos, ou nos bairros mais pobres, o que caracteriza este tipo de agricultura são as pequenas hortas, a criação de animais domésticos e de pequeno porte (avicultura, caprinocultura e cunicultura). A segunda (periurbana) ocorre em unidades agrícolas situadas no entorno do núcleo urbano, destacam-se entre as atividades o cultivo de hortaliças, a criação de animais de pequeno, médio e até grande porte, a produção de leite, além de outras atividades relacionadas ao meio rural, como a produção de doces, conservas, queijos, remédios fitoterápicos, etc. Não vetante a essas distinções inerentes a agricultura urbana tratadas acima, corrobora-se com acepções propostas de outros estudiosos que explicitam as várias características desta atividade, além disso, compreendem um conceito dinâmico que abarca uma gama de atividades relacionadas ao desenvolvimento urbano e destaca a diversidade e heterogeneidade da agricultura urbana e o caráter multidimensional da atividade.

²Food and Agriculture Organization of the United Nations.

“Agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana” (MOUGEOT; 2000).

Considerando as definições tratadas acima, utilizaremos inicialmente a aceção proposta pelos estudiosos do FAO; MDS³; IPES⁴; RUAF⁵ (2010) em artigo publicado na “Revista de Agricultura Urbana”, que destaca a diversidade e heterogeneidade da agricultura urbana e o caráter multidimensional da atividade:

“Entendemos a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como uma atividade multifuncional e multicomponente, que inclui a produção ou transformação inócua de produtos agrícolas e pecuários em zonas intra e periurbanas, para autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando de modo eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, respeitando os saberes e conhecimentos locais e promovendo a equidade de gênero através do uso e coexistência de tecnologias apropriadas e processos participativos para a melhora da qualidade de vida da população urbana e da gestão social e ambientalmente sustentável das cidades” (FAO, 1999; BRASIL-MDS; IPES; RUAF; 2010).

Embora o que evidentemente diferencie a prática da agricultura urbana de outras agriculturas esteja no local, Mougeot (2000) sinaliza que esta não é a única ou preponderante característica. As especificidades na utilização de materiais para produção, das atividades econômicas e produtivas, além da destinação dos produtos e das escalas de produção, indicam a amplitude da atividade. Logo, as concepções teóricas e conceituais sobre a agricultura urbana não poderão ignorar a necessidade de analisá-la a partir da realidade espacial na qual está inserida.

“Até porque as conceituações teóricas apenas são úteis quando oferecem suporte para se resolver problemas da sociedade. Ainda mais, a agricultura que é, antes de tudo, uma atividade social, vem mostrando, ao longo dos anos, que se adapta às mudanças espaciais.” (FERREIRA, 2013. P 46).

Desta forma, as concepções teóricas acerca da agricultura urbana, precisam ser compreendidas a partir de seus reflexos nos âmbitos social, econômico, ambiental, cultural e político.

³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

⁴IPES Promoção Del Desarrollo Sostenible

⁵Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security

“... como um dos aspectos das ruralidades, hoje presente nas grandes cidades e em seus entornos, a agricultura urbana e a periurbana tem relevante papel na manutenção do sistema urbano e periurbano, tanto a mais capitalizada, produzida geralmente em áreas periurbanas, quanto a menos capitalizada, produzida nas unidades domésticas em áreas urbanas” (FERREIRA, 2013, p. 47).

Ainda avançando sobre as concepções conceituais sobre a agricultura urbana e suas contribuições para o espaço citadino, Portela (2008) afirma que o cultivo agrícola na cidade pode causar impactos significativos. Essas benfeitorias são vinculadas a três distintos aspectos: o primeiro deles é o social, por contribuir para a segurança alimentar na cidade, melhorias na nutrição e na saúde, a inclusão social e valorização individual; seguido do meio ambiente, através da conservação dos recursos naturais, incremento e reutilização de resíduos orgânicos, reuso de águas urbanas; concluindo com o aspecto econômico, para a geração de trabalho e renda, fortalecimento de mercados locais, fomento do trabalho de mulheres e grupos marginalizados, diminuição da pobreza e fortalecimento da base econômica.

Responsável por inúmeras vantagens para o espaço da cidade, a agricultura urbana evidencia como a prática agrícola influencia no bem viver no meio urbano. Afirmando sua pertinência no que tange a dimensão social e integração com a economia e ecossistema urbano, à medida que contribui na produção de alimentos, reciclagem de lixo, a promoção de utilização racional do espaço, promoção da educação ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento local, atividade ocupacional, incentivo ao uso de medicamentos fitoterápicos, oferta de produtos frescos, além da formação de um microclima e manutenção da biodiversidade (ROESE, 2007). Do ponto de vista funcional, ao menos para um estrato da sociedade, a agricultura urbana é pensada no intuito de ser um agente dissipador das desigualdades sociais e, mesmo, econômica. Para Monteiro (2006) a atuação da agricultura urbana tem contribuído para minorar diferentes e inúmeros problemas enfrentados pela população dos grandes centros urbanos, especificamente as populações mais pauperizadas, por isso mais vulneráveis as expressões da questão social⁶ intrínsecas ao território urbano. Na dimensão social da agricultura urbana também se

6 Em o livro “O capital” (1867), Marx define que a questão social seria determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital-trabalho, a exploração, fruto da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Concordando com o autor e avançando sobre as condições de surgimento destas expressões, José Paulo Netto (2001) disserta que as expressões da questão social advém do pauperismo e dos impactos da primeira fase da industrialização, ganhando destaque em período de transformações no ordenamento e dinâmica econômica do capitalismo a partir do final do século XIX. Analisando o conceito de questão social na contemporaneidade, para Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

destaca as questões de gênero e inclusão social. As áreas de produção de menores escalas geralmente são lideradas por mulheres. Na experiência da Cidade do Rio de Janeiro, o protagonismo feminino é muito expressivo, tanto nos espaços de plantio, quanto na comercialização, com destaque na articulação comunitária e organização política, onde as mulheres ocupam os espaços de liderança, elaboração e gestão dos diversos projetos acerca de assessoria técnica, produção, governança e mercado.

Não são poucos os trabalhos acadêmicos que destacam a presença e relevância da agricultura urbana e periurbana no território em que este artigo é desenvolvido. Trabalhos de Bicalho (1992), Monteiro (2002), Arruda (2011) tratam a agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, cada qual com suas especificidades sinalizando as diversas perspectivas e diferenciações da prática agrícola na cidade carioca. Bicalho (1992) trata da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base teórica o conceito de periurbano, identificando a agricultura desenvolvida muito mais periurbana do que urbana. Monteiro (2002) aborda as dimensões ambientais, econômicas e sociais da atividade considerando seus impactos nas famílias que a praticam. Arruda (2011) desenvolve o tema da sustentabilidade e reprodução das famílias, referenciando a importância da agricultura urbana para a segurança alimentar e nutricional, embora aborde um território mais amplo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, algumas das experiências citadas no trabalho de Arruda estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, nenhum destes estudos dissertam sobre as políticas públicas e as implicações do planejamento urbano para a agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Neste trabalho utilizaremos como objeto empírico a região de Vargem Grande, em específico os agricultores urbanos e remanescentes quilombolas moradores da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda.

Localizado há mais de dois séculos, no extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro, na Baixada de Jacarepaguá (o Sertão Carioca), especificamente na região conhecida como Vargem Grande, o Quilombo Cafundá Astrogilda⁷ é um dos quatro quilombos que existem dentro do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Apenas em 2014 foi reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Todos os moradores da comunidade vêm da mesma árvore genealógica, Dona Astrogilda. O grupo mantém suas práticas tradicionais, a maioria vive da produção agrícola de seus quintais. O grupo é identificado pelo movimento Rede Carioca de Agricultura Urbana- Rede CAU⁸, como os guardiões de

⁷ Batizada em homenagem a matriarca do quilombo. Dona Astrogilda, uma escravizada que junto com seu companheiro buscou abrigo no meio da mata e acolheu outros escravizados.

⁸ A Rede Carioca de Agricultura Urbana é um movimento social urbano que integra o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro na região metropolitana, além de outras organizações da sociedade civil que atuam nas áreas da agricultura urbana e agroecologia.

memórias e saberes ancestrais relacionados a agricultura. A maior parte da produção agrícola é voltada para o cultivo da banana (que nos anos 1940 marcaram o auge da produção) e ervas medicinais. As atividades desenvolvidas pelos quilombolas para a geração de renda da comunidade são: trilha ecológica e histórica, festas tradicionais, feira agroecológica e artesã; atividades que estão diretamente ligadas e dependentes da relação dos quilombolas com seu território, uma vez que são construídas por múltiplos elementos de identidade e, por diversas esferas da vida social e cultural: religiosa, ambiental, econômica e política.

O histórico das legislações urbanísticas no território onde está localizado o Quilombo Cafundá Astrogilda, sinaliza a peculiaridade das intervenções estatais sobre a região. Até o ano de 1985, via Decreto N. 5648/1985, a região é definida como área de interesse agrícola, para fins de proteção e assim permaneceu até o ano de 2004. Em 1992, as diretrizes do Plano Diretor Decenal (Lei Complementar N. 16/1992) acionam o desestímulo do parcelamento das áreas ocupadas por sítios e granjas nos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim e a preservação ambiental de lagoas, canais, maciços e morros da região (art. 69). Mas em 2009 é então aprovada a Lei Complementar N. 104/2009 (PEU 2009), que vigoraria entre 2009 e 2013, causando profundas alterações em toda a região com o surgimento de milhares de unidades residenciais em novos condomínios verticais ou horizontais. Em 2011, com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar no 111/2011), a região é inserida e denominada como Macrozona de Ocupação Condicionada (AP4). Por fim, em 2015 o Projeto de Lei Complementar N. 140/2015, propõe a instituição da Operação Urbana Consorciada (OUC) e o novo Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, projetos que visam acelerar a ocupação desta área, por meio de alterações nas condições ambientais da região.

Atualmente Vargem Grande é alvo de um acelerado processo de ocupação e desenvolvimento de atividades urbanas, expansão da degradação do ecossistema florestal existente na região e dos conflitos com a ocupação rural da área. Os projetos e propostas de intervenções vigentes para a região colocam para as populações tradicionais como o Cafundá Astrogilda, o risco iminente de remoções. Além de sistêmicos ataques a condições de existência e continuidade de seus modos de vida e práticas de produção agroecológica.

AGRICULTURA URBANA E O PLANEJAMENTO URBANO

A agricultura urbana não é uma prática nova, mas um campo de pesquisa ainda pouco explorado no planejamento urbano e regional, por isso, este estudo tem a intenção de referenciá-la como parte integrante dos processos de lutas sociais pelo direito a terra, à moradia, à cidade e à mobilidade no meio urbano. A discussão da agricultura urbana traz elementos que nos ajudam a pensar e rever os ideários, que preconizam que a cidade urbanizada é produto das técnicas que projetam ambientes a serem construídos, cujo ideário desconsidera e invisibiliza a importância das áreas verdes, dos territórios históricos sagrados e de moradia de diversas comunidades tradicionais como os caiçaras, os quilombolas e os pequenos agricultores. Segmentos esses cujo ponto central da relação com a terra e a construção de um modo de vida são antagônicos aos interesses urbanos financeiros.

As contribuições da atividade agrícola para a vida cidadina chamam a atenção de diversas organizações e governos no Brasil, a partir da década de 1990. As experiências orientadas pelos princípios da agroecologia⁹ evidenciam a importância de sua integração com o planejamento físico e urbanístico. A formação de um modelo urbano e periurbano de agricultura como um ponto estratégico para o planejamento urbano, apresenta-se como uma alternativa produtiva viável para os espaços ociosos das metrópoles e justifica a inclusão desta ocupação não convencional (modelo ainda não oficializado) nas políticas públicas, dada a sua exequibilidade econômica, social e ambiental na ocupação do espaço urbano (MOURA; FERREIRA; LARA, 2013). Pois se é fato que a agricultura urbana interage de diversas formas com o desenvolvimento urbano, é verdade também que ela contribui, diversifica e fortalece as estratégias de gerenciamento urbano, uma oportunidade atualmente desprezada por diversos gestores públicos, especificamente no Brasil.

A agricultura urbana desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro é composta por diversas singularidades e acontece de formas diferentes, bem com a organização política de seus praticantes se dá de diferentes e singulares formas, são consideradas como agricultura urbana as experiências de plantio e comercialização desta produção que aproxima as agriculturas realizadas tanto nas roças¹⁰

⁹Segundo a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o conceito de agroecologia deve ser entendido “como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise – apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável” (ABA, 2017)

¹⁰Em artigo sobre as roças, Marcelo Almeida Oliveira (2011) define roça no contexto brasileiro como “complexo constituído por um amplo e rico repertório de espécies vegetais”, localizado em espaços com características rurais que adota os princípios e regras tradicionais, referentes à ordenação da produção, da escolha do local de plantio, implantação das construções, além da interação dos proprietários com os conjuntos construídos e a paisagem natural do local.

como nos quintais, com a população urbana e sua alimentação. Estas experiências constituem estratégias de sujeitos coletivos a favor de seus interesses individuais, materiais e políticos, desenvolvendo novas e possíveis relações com o meio ambiente urbano, contrapondo-se a lógicas puramente mercantis à que os espaços da cidade estão condicionados. (SILVA, 2017)

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui um contingente expressivo de agricultores responsáveis pela produção de grande parte das olerícolas (legumes, verduras, raízes, tubérculos) e frutíferas que abastece a população local. “Esta produção não é percebida pela população consumidora, principalmente em função da visão de que no estado do Rio de Janeiro não existe agricultura, e que todo o alimento é oriundo de outros estados”. Arruda (2011). Segundo Peixoto (1997), esse imaginário de não existência da agricultura carioca, era também considerado pelos planejadores governamentais da cidade do Rio de Janeiro que difundiam a ideia de um processo de extinção no cultivo de alimentos e criação agropecuária na região. Este pensamento, combinado com o não conhecimento socioterritorial por parte dos planejadores e gestores públicos sobre as regiões rurais e o processo de produção destas é expresso nas políticas e planos quando não consideram a agricultura urbana e a população que dela vive.

Segundo a Emater -RJ, no ano de 2010, a Cidade do Rio de Janeiro contava com 1.055 estabelecimentos agrícolas, sendo 790 da agricultura familiar, esses estabelecimentos responderam pela maior produção agrícola colhida dentre os municípios da Região Metropolitana, um quantitativo expressivo destes estabelecimentos agrícolas estão localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, área que ainda preserva diversos bairros com características e modos de vida rural, abriga três dos cinco quilombos reconhecidos da cidade,¹¹além disso, a região é um importante cenário de luta dos movimentos da agroecológicos , da alimentação saudável, das culturas tradicionais locais e da agricultura urbana carioca. No entanto essas iniciativas acontecem com pouca visibilidade e sem apoio de políticas públicas, configurando o que a *Articulação Plano Popular das Vargens* ¹²(2017) caracteriza como contrassenso, “já que a agricultura está presente em extensas parcelas do território, seja nos três maciços existentes na cidade, seja nos quintais produtivos, e dentro das próprias zonas urbanas. A falta de reconhecimento desta prática significa a sua invisibilização. E a ausência de políticas públicas de incentivo à produção de alimentos na cidade diz muito sobre um olhar excludente e desconectado com a

¹¹ Quilombo Cafundá Astrogilda no bairro de Vargem Grande, Quilombo do Camorim no bairro do Camorim e Quilombo Dona Bilina em Campo Grande – Rio da Prata.

¹² A Articulação Plano Popular das Vargens, é uma organização em que participam os moradores das áreas das Vargens, estudantes e instituições apoiadoras, através dos encontros, reuniões coletivas e autogestionadas, construíram o Plano Popular das Vargens.

natureza, seus fluxos e ensinamentos”. Esse contrassenso é expresso nos documentos e instrumentos de regulação do espaço urbano a exemplo o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111/2011), caracteriza o “território municipal como integralmente urbano”, condicionando toda e qualquer agricultura praticada na cidade a ser identificada como agricultura urbana. Outro exemplo é o projeto de Lei Complementar nº 56/2018, que define as regras de *Uso e Ocupação do Solo* da cidade que não considera as áreas agrícolas da Zona Oeste do município. Estas áreas utilizadas para a produção de alimentos e outras atividades com características rurais estão localizadas: dentro de zonas de expansão urbana, a exemplo, os bairros de Campo Grande (Rio da Prata) e Bangu, no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca ou dentro da própria Unidade de Conservação, como os bairros: Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim. O fato de não admitir a existência de espaços rurais nos municípios traz consequências diretas à vida dos produtores que vivem na cidade.

Essa negação de existência de áreas rurais por meio dos instrumentos de ordenação do espaço urbano, além de impactos na articulação, desenvolvimento da agricultura, configura-se em limites para o acesso dos agricultores a políticas específicas para esses grupos sociais. Parte dos projetos para a agricultura familiar e o acesso de agricultores a políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), dependem de mudanças no ordenamento da cidade, que considerem as áreas de agricultura do município como locais em perímetro rural, como determina a legislação federal. O acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, bem como o acesso a rede de mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, pressupõe que os agricultores, de forma coletiva ou individualizada atendam a algumas exigências, uma delas é a posse de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A dificuldade dos agricultores urbanos para acessar o documento, é ponto de intensas reivindicações, pois a instituição que emite este documento na região alega tanto a falta de técnicos como o fato dos agricultores estarem em área urbana e terem também renda oriunda de atividades não agrícolas, dificultando a inserção dos agricultores do município nos mercados institucionais.

A dimensão do problema é denunciada frequentemente pelos agricultores. Embora todas as reivindicações, uma das primeiras DAPs dada a um agricultor no município do Rio de Janeiro foi emitida apenas em junho de 2012, mediante grande esforço de entidades da sociedade civil e dos agricultores. “Pedro Mesquita¹³, foi o primeiro agricultor carioca a conseguir realizar uma venda para o PNAE, em setembro de 2012, sendo que essa venda foi feita para uma escola estadual” Emater, RJ (2010). Neste

¹³ Pedro Mesquita é filho de Dona Astrogilda, matriarca do quilombo que recebeu seu nome. Ele foi o primeiro agricultor da Cidade do Rio de Janeiro a receber o Documento de Aptidão ao Pronaf, no ano de 2012. A maior parte de sua produção é destinada a banana

sentido, os Planos Diretores configuram-se como um instrumento político importante no cenário dos interesses locais sobre o uso da terra e orientação das políticas públicas. O reconhecimento dessa questão nos impõe a crítica sobre a reelaboração da ordem territorial imposta, onde o planejamento da cidade não esteja voltado para um modelo de desenvolvimento urbano acoplado a políticas governamentais direcionadas aos grupos de interesses imobiliários e especulativos.

Os impactos do planejamento das cidades sobre a vida dos agricultores são evidenciados também na relação destes com as políticas públicas básicas. Em entrevistas realizadas com agricultores e alguns representantes de instituições parceiras das associações e movimento de agricultura urbana, são recorrentes os relatos que afirmam tais interferências. Pedro Mesquita, agricultor do Quilombo Cafundá Astrogilda, em uma conversa enquanto mostrava a construção que está sendo erguida para a sede do Museu Cafundá Astrogilda, narra o que é para ele uma das grandes dificuldades vivenciadas atualmente pelos moradores do quilombo.

“Aqui, nós não conseguimos ter luz, isso porque o programa Rio Rural que instalou luz no Camorim, para cá eles diz que não pode porque aqui é área urbana”.

Silvia Batista¹⁴, agricultora, feirante e militante da Rede Carioca de Agricultura Urbana no núcleo de Vargem Grande, em entrevista, analisa as conseqüências não evidentes da ausência do serviço, ela diz: “Não ter luz significa também não ter comprovante de residência, não ter endereço, não existir nesse lugar”. A conclusão da conversa com Pedro Mesquita evidencia os desdobramentos concretos da ausência do fornecimento de luz. Ele conclui: “... e aí quando a gente vai na clínica da família ou na UPA eles pedem comprovante de residência, aí é difícil.”

Outra dimensão das dificuldades vivenciadas pelo agricultores urbanos do Quilombo Cafundá Astrogilda está no fato do grupo está localizado dentro do maior parque urbano da América Latina. A relação conflituosa entre a implantação do Parque Estadual da Pedra Branca como Unidade de Conservação e a permanência do grupo e da prática agrícola dos quilombolas evidenciam que os argumentos científicos utilizados pelo poder institucionalizado do Parque, não são apenas contrários aos saberes tradicionais e valores culturais da população quilombola, mas tendem a criminalizar a existência desta população no Maciço.

Em entrevista ao Jornal O Globo, em julho de 2013, o então secretário de meio ambiente da

¹⁴ Silvia Baptista é sobrinha de Dona Astrogilda, prima de Pedro Mesquita. Sua produção é composta por plantas medicinais e remédios e cosméticos que ela prepara e comercializa nas feiras. Dedicar também sua energia laboral à militância e pesquisas acadêmicas. Coordenadora atuante na Associação de Agricultores de Vargem Grande a AgroVargem, Silvia também é pesquisadora vinculada a FIOCRUZ – Mata Atlântica.

prefeitura do Rio de Janeiro, defende a erradicação da prática agrícola no Parque. Em entrevista ele continua: “Essa produção na Pedra Branca não é positiva. É mais importante para a cidade desenvolver aquele ecossistema do que manter ali uma invasão”. Desconsiderando que tanto a comunidade quanto seus modos de vida existem no Maciço muito antes da institucionalização do Parque que ocorreu apenas na década de 1974.

O “discurso do saber” também utilizado pelos gestores públicos desconsidera a tradição das espécies cultivadas nos territórios do Maciço. André Ilha, em 2013 era diretor de biodiversidade a áreas protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em entrevista também ao jornal O Globo (2013), expressa em sua fala não apenas os efeitos, mas a intencionalidade da proibição do cultivo da banana no Parque: “Mas, a longo prazo, a tendência é que esses produtores abandonem a área. A banana é exótica e invasora”. Neste sentido o plantio do caqui e da banana, que ocupam historicamente maior parte da produção agrícola dos quilombolas, é tida como prática criminosa, uma vez que esta cultura é vista por parte dos técnicos do Parque como espécie exótica. Colocando em risco as condições para a reprodução dos meios materiais necessários as famílias que vivem no Parque. As entrevistas realizadas sinalizam que a racionalidade racista obducta nos planos e intervenções previstas para as áreas do entorno do Maciço da Pedra Branca, impele consequências não apenas na mudança e degradação das condições materiais dos agricultores, na continuidade de seus modos de vida (morar e plantar), mas também em suas condições de vida e morte.

DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA

As questões a serem levantadas neste estudo não seriam possíveis se ignoradas a fusão entre raça-espço na produção de territórios excluídos, territórios onde a violência e invisibilização conformam o que ALVES (2011) denomina como *distribuição desigual de mortes*, a partir de um “padrão mórbido de governança espacial que elege determinadas geografias urbanas e determinados corpos como os alvos de controle e produção do medo e da violência”. (ALVES, 2011) A encetadura deste trabalho só é possível a partir de uma leitura que considera o conceito de raça como um estruturador das relações sociais e definidor do perfil dos indivíduos de direito no espaço urbano, “não apenas o acesso diferenciado à cidadania, mas também o direito à vida” (ALVES, 2011, p. 2). Se “raça” em termos biológicos é uma ficção socialmente e historicamente elaborada, o mesmo não se pode dizer das suas implicações materiais na vida e nos corpos das populações racializadas, pois o reconhecimento da raça está presente na produção dos grupos destinados a viver ou morrer.

Neste momento do trabalho sugiro “espaço urbano” e “raça” como categorias imprescindíveis para a compreensão das experiências no urbano vividas pelos grupos negros marginalizados, sobretudo no contexto de exercício das políticas estatais e da relação belicosa presente no corpo social que visam prolongar as relações de dominação em suas múltiplas faces. A experiência dos agricultores do Quilombo Cafundá Astrogilda, revela outras dimensões do exercício do poder do Estado e da violência cotidiana expressa na segregação espacial, na invisibilidade e refusão de grupos tradicionais das áreas centrais da cidade, na violação e negação contínua e sistemática de direitos civis e sociais, vivenciadas pela população negra dos centros urbanos.

Em seus escritos “Em Defesa da Sociedade”, Foucault evidencia o modus operandi do exercício do poder político a partir da metáfora da guerra, ele disserta: “a política é a guerra continuada por outros meios” (1999, p.55). Neste texto o autor nos leva as possíveis considerações de guerra enquanto matriz das relações de poder e da política como a manutenção desta guerra, onde o confronto teria como objetivo a ordem civil (OLIVEIRA, 2018).

“A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. [...] Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém”. (FOUCAULT, 1999, p. 59)

Nesse discurso Foucault apresenta que o poder político não se inicia com o fim da guerra, mas que por meio da guerra é possível o exercício político do poder. Outra concepção presente no discurso de Foucault, é a existência de uma sociedade binária, estruturada em perspectivas de amigo e inimigo, e de que “somos forçosamente adversários de alguém”. (FOUCAULT, 1999, p. 59). Ainda nesta obra o autor disserta sobre a noção de corpo social constituído por raças e a permanente situação de conflito entre estas, discurso que fundamenta a teoria de guerra das raças e sua utilização como instrumento do poder centrado e centralizador da raça dominante. Oliveira (2018) analisando os escritos de Foucault evidencia que o autor:

“...demonstrar-nos, que é a *guerra das raças* que torna possível considerar a guerra como fundamento da história, pois os elementos que alicerçam, que geram possibilidades de guerra e garantem a sua manutenção, são basicamente as “diferenças étnicas, diferenças das línguas, diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferença de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por uma outra.” (FOUCAULT, 1999, p. 71) e estes elementos estão no corpo social desde os primórdios da história da humanidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 22)

A partir do combate entre as duas raças que compõem o corpo social que se sustenta a existência de um inimigo público (comum) a ser combatido e eliminado pela raça detentora do poder político e honorária, com diretrizes e preceitos - a serem incorporados por todo corpo social – contra a raça que se diferencia da norma dominante, classificada como perigo social e biológico. Deste modo, a guerra seria instrumento de conquista, preservação e transformação do poder, além de condição para a existência da sociedade e conservação das relações de políticas. Compreende-se a metáfora da guerra como síntese do que representa as relações de dominação e de força expressas no exercício e na disputa do poder. Ao sustentar que existem *relações de poder*, Foucault defende o pensamento de que a sociedade estaria inevitavelmente em *constante relação e incessante atrito* (OLIVEIRA, 2018, p.25). Sendo assim, para o autor o poder seria então o exercício das relações de força que perpassam o Estado e que todos exercem, mesmo que um sobre outros. No entanto vale salientar que neste exercício da força, historicamente apenas alguns sobressaem. Por tal, parece relevante retomar a metáfora da guerra para fim de demonstrar a relação bélica presente no *corpo social*, uma vez que entende-se agora o poder enquanto *guerra continuada por outros meios*. Relembrando que esta guerra é o que Foucault apresenta como elemento que permite compreender a sociedade como binária, um corpo social constituído por duas raças - *a guerra das raças*. A partir da compreensão da analítica de poder proposta por Foucault é possível avançarmos nos mecanismos pelo qual o poder político preserva este padrão de relação que se objetiva em subordinar e/ou eliminar os grupos que se diferenciam das normas estabelecidas pela raça dominante.

Michael Foucault diferencia o exercício do poder nas sociedades que caracterizam o Estado. No primeiro, a sociedade de soberania, é exercido o *Poder Soberano* (XVI a XVII), onde o exercício do poder acomete a terra e os corpos, por meio da apropriação de riquezas e bens, concentrado na existência do soberano. A segunda fase do poder identificada pelo autor é denominada *Biopoder*, onde o regime deste poder é nuclear a vida dos indivíduos, “devido à utilidade destas vidas para os anseios da nova sociedade que vigorava no fim do século XVII e XVIII”. (OLIVEIRA, 2018, p.32)

“E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito e que se instala: direito de fazer viver e de deixar morrer.” (FOUCAULT, 1999, p. 287)

Para Foucault, estas transformações no *direito político*, não são divergentes ou excludentes, pelo contrário, o autor defende que o exercício do poder do soberano, aquele que tem o direito de “fazer morrer ou de deixar viver” conflui com o direito de “fazer viver e deixar morrer”. Essa transição de regime e mudanças também no plano do direito político faz emergir esse novo *biopoder* e a criação de *tecnologias de poder* inclinadas a “fazer viver”, uma vez que se caracterizam por:

“permitir o prolongamento dos efeitos de poder até os elementos mais tênues, de uma forma sutil, pois os corpos dos indivíduos passam a ser considerados forças produtivas, devido a uma nova racionalidade inteiramente atravessada pela passagem à produção em série e à redefinição da utilidade produtiva dos corpos.”

O *biopoder* difere do soberano por retirar o poder de morte como principal característica do exercício do poder, e transferi-lo para o refinamento das formas de preservação da saúde e vida destes “corpos rentáveis”. Segundo Foucault o *biopoder* define-se como o poder que:

“incumbiu-se da vida, quer dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina de uma parte, e das tecnologias de regulamentação de outra.” (FOUCAULT, 1999, p.302).

O *biopoder* se desenvolve através de duas *tecnologias de poder*, o *poder disciplinar* que opera sobre vida individual, e a *biopolítica*, que atua sobre vida coletiva. Assim, o *biopoder* incide sobre o homem e suas multiplicidades – população - por meio de dispositivos diferenciados.

A segunda tecnologia de poder, que incide sobre os corpos múltiplos é denominada por como *biopolítica*. Sobre esta tecnologia nos dedicaremos no próximo subitem, uma vez que o tema tratado neste trabalho aborda a incidência da ação estatal sobre os indivíduos que se reconhecem enquanto seres políticos e coletivos. Na *biopolítica* a vida é valiosa, porque é analisada a partir de sua utilidade. A vida útil é aquela que já foi socializada, disciplinada, por isso, para Foucault, o poder disciplinar e a *biopolítica* confluem.

“A tecnologia *biopolítica* é uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se definitivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”. (OLIVEIRA, 2018, p. 40)

A partir da dimensão do exercício do *biopoder* e da *biopolítica*, proposta por Foucault é possível compreender o cerne de algumas das experiências conflituosas entre agricultura e o espaço citadino.

Considerando que o exercício do poder estatal, se reflete nos planos e instrumentos urbanísticos que tem como efeito a limitação dos agricultores urbanos às políticas públicas para agricultura familiar e utilização do poder institucionalizado que tendem a resultar na submissão dos grupos tradicionais aos “saber científico e profissional” das instituições de regulação estatal. A desconsideração e invisibilização destes grupos, da prática agrícola por eles desenvolvidas e de seus modos de vida que também garantem suas condições materiais de reprodução, evidenciam a dimensão do “deixar morrer” do biopoder proposto por Foucault.

No entanto, considerando as relações de poder nas sociedades contemporâneas, compreendemos que apenas pela experimentação da biopolítica não é possível apreender a dimensão político pragmática do *racismo estrutural* da sociedade capitalista (ALMEIDA, 2018) e a completude das relações entre política e morte experimentadas pelas populações negras. Neste sentido, avançaremos sobre o conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2003). A fim de reconhecer as características deste exercício de poder e identificá-las nas experiências dos agricultores urbanos localizados no Quilombo Cafundá Astrogilda quando no acesso as políticas públicas básicas e condições de continuidade de seus modos de vida e atividade agrícola que estão diretamente ligadas às formas pelo qual o grupo garante suas condições materiais de existência.

O conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe, considera o exercício de soberania do Estado como “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (2003, p.41). Logo para Mbembe o “deixar morrer” proposto por Foucault é substituído pelo “fazer morrer”.

“A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. (MBEMBE, 2003, p. 5)

Mbembe (2003), ao exemplificar a ocupação colonial contemporânea da Palestina, aborda a dimensão da *guerra infra-estrutural*, onde as populações sitiadas são privadas, sofrem ataques as suas redes de infra-estrutura, suas fontes de alimentação e renda, o que o autor caracteriza como “a falência do sistema de sobrevivência do inimigo”.

“Uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo complementa a apropriação dos recursos de terra, água e espaço aéreo. Um elemento crucial nessas técnicas de inabilitação do inimigo é a da terra arrasada (*bulldozer*): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de

aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infraestrutural”. (MBEMBE, 2003, p.47)

Almeida (2018) disserta que no contexto neoliberal, o exercício do necropoder conforma formas mais sofisticadas que o encarceramento e o extermínio armado. Nesta conjuntura a existência de áreas inteiras sem ou com precários sistemas de saneamento básico, populações sem acesso a educação, sem acesso ao sistema de saúde, grupos impossibilitados de exercer suas atividades que lhe garantem a subsistência, também caracterizam essa “engrenagem de dor e morte”.

Dialogando com o conteúdo teórico e as falas dos agricultores Pedro e Silvia, é possível compreender que a análise sobre este território não poderia ignorar que o racismo estrutural massificado no país, que se perpetuou desde o período pós-abolição, se ressignifica, tendo capilaridade nas instituições públicas estatais, as quais são as responsáveis pela elaboração e a implementação das políticas públicas. Dinâmica que expressa esta estrutura em sua dimensão político-pragmática e que se materializa na exclusão e marginalização do acesso aos serviços e políticas públicas dos grupos tradicionais e integrantes da população negra (negros e pardos). As ações estatais com efeitos de invisibilização, criminalização e impossibilidade de continuidade da prática agrícola e do modo de vida que tem como ponto central a relação com a terra, também refletem as teorias de biopolítica e necropolítica, uma vez que impactam diretamente não apenas nas condições de vida dos agricultores, mas também na continuidade da vida destes.

RESISTIR E RE-EXISTIR : VIVER, MORAR E PLANTAR

As experiências em agricultura urbana de bases agroecológicas passam a se configurar como movimento de re-existência na cidade, uma vez que por parte desta, são cunhadas outras geografias possíveis para o meio urbano. A agricultura urbana enquanto movimento social, provoca o debate no espaço citadino sobre o acesso aos alimentos saudáveis na cidade, ao tempo que este alimento percorre até chegar ao consumidor e a organização da produção nos agroecossistemas, o que envolve a formulação de políticas públicas locais (SILVA, 2017).

Se por um lado a prática agrícola é utilizada como um meio para a invisibilização e criminalização dos agricultores urbanos da cidade, é por ela também que o grupo desenvolve a dimensão política de seu modo de vida. A continuidade da prática da agricultura em espaço urbano - tal como a desenvolvida

nas terras do Maciço – pode ser entendida como ato político de resistência, uma vez que a atividade evidenciaria um processo constante de afirmação de identidade, reelaboração e ressignificação do existir destes indivíduos com tradições rurais no espaço urbanizado imposto pelo planejamento das cidades.

A dimensão política de uma prática que é tradicional, mas também parte de um processo de resistência é manifestado por Maraci Soares¹⁵, agricultora do Quilombo do Camorim, em uma comemoração realizada na Feira da Roça em Vargem Grande. Na frase “*Essa feira também é meu quilombo!*” Maraci não apenas sinaliza a necessidade de acionar o campo dos estudos raciais a partir de um referencial bibliográfico afrocêntrico. Sua fala elucida o objetivo da agricultura urbana enquanto movimento social na disputa do espaço citadino, suas participações nos processos de planejamento da cidade e suas representações no território. Além disso, ao comparar os espaços da feira como a extensão de seu quilombo, a agricultora define o ato de plantar e comercializar em feira agroecológica popular como uma das formas de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES

Compreender a dinâmica apresentada faz parte de um esforço em evidenciar a relevância das atividades econômicas sociais relacionadas à agricultura em espaço urbano, bem como as contradições socioeconômicas vivenciadas nas áreas urbanizadas. As questões que envolvem a dimensão alimentar e habitacional da pobreza nas áreas urbanas, ainda não foram gerenciadas e traduzidas em suficientes ações para as políticas públicas. Na tentativa de responsabilizar o Estado pela condição de marginalização em que se encontram os agricultores, torna-se cada vez mais latente a necessidade de instrumentalizar a ação profissional pautada na qualidade do atendimento aos usuários, atuando como apoio técnico e social a fim de qualificar os movimentos sociais para o enfrentamento com o Estado, capacitando-os para que se apropriem dos novos espaços, elaborando e apresentando suas próprias demandas, na luta por um projeto de cidade onde a moradia e o acesso à terra não é um bem a ser consumido segundo a condição de acesso e compra de cada indivíduo e sim conforme a necessidade.

As políticas urbanas também precisam reconhecer o papel da agricultura urbana e periurbana no desenvolvimento das cidades, para garantir o fornecimento de alimentos nas áreas urbanas e melhorar a subsistência dos produtores urbanos pobres. Precisar como os instrumentos de regulamentação do espaço urbanizado, colocam-se como desafios ao acesso as políticas públicas, programas e projetos

¹⁵ Como ela mesmo se define é mulher quilombola, agricultora e militante. A produção de Maraci acontece no quintal de sua casa, ela se dedica a produção de cosméticos naturais agroecológicos. Além disso, é organizadora da Roda de Mulheres do Quilombo do Camorim.

sociais é importante para permanência das famílias envolvidas neste espaço, para a efetivação da equidade social, garantia de direitos e continuidade de seus modos de vida de forma saudável. Aludindo à defesa intransigente de direitos e contribuindo para a construção de uma política de planejamento urbano participativa. Estimulando, assim, o uso da cidade com práticas autogestionárias para construção e organização dos espaços de moradia, produção agrícola, bem como, o acesso e uso dos espaços públicos para promoção da agricultura urbana e apoio as hortas comunitárias. Alternativas que buscam restabelecer a relação do homem com a natureza e o meio onde vive, priorizando o valor de uso da terra em detrimento do valor de troca, em outras palavras, o bem-viver em detrimento do lucro.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia.

ALENCAR, E. Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos. O Globo, caderno RIO, 13 de jul. de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico. V.2 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006.

ALMEIDA, D.A.O., " Agricultura Urbana e Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte". In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/seguranca-alimentar/agriculturaurbana-e-seguranca-alimentar-em-belo/at_download/article_pdf> . Acesso em 13 janeiro de 2017.

ALVES, J. A. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. Revista APBN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (as), v. 1, n. 3, nov. 2010, fev. 2011, p. 89-114. Disponível em < <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/276/256>> Acesso 10 de janeiro de 2018.

ARRUDA, J. Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011.

ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS. Plano Popular das Vargens. Rio de Janeiro, 2017.

BICALHO, A.M.S.M. 1992. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M.A. (Org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC. Divisão de Editoração.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 9. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2006.

BRASIL, Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e Desigualdade de Gênero. GELEDÉS, SEPIR 2013. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1592. Acesso em 26 de jul. 2018.

CORRÊA, A. M. O sertão carioca – 2º edição- Rio de Janeiro: CONTRA CAPA, 2017.

DIAS, M. C. O. Tão exóticos e tão nativos: o caqui e a banana em um contexto de ambientalização de valores e afirmação territorial no Parque Estadual da Pedra Branca – RJ. In: XII semana de ciências sociais da UFSCAR, São Carlos. 2014.

EURICO, M. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social & Sociedade. São Paulo. Nº.114. p.290-310 abr/jun.2013.

FAO; MDS; IPES; RUAF. Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/textos/FAO-.pdf>. Acesso em 1 novembro 2017.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Civilização Brasileira, 1961 Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERNANDEZ, A. C. F; OLIVEIRA, R. R; DIAS, M. C O. Plantas exóticas, populações nativas, humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. Tessituras, Pelotas, v.3, n.1, p. 121-153, jan./jun.2015. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299446050>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FERNANDEZ, A. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp094884.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Um parque no sertão carioca. Dos anos 70 aos dias de hoje. O que mudou na política de conservação? In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26. 2008. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/noticias.php?type=congressoRBA#453>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FERREIRA, R. J. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE / Rubio José Ferreira. – Recife:

O autor, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10701>. Acesso em 4 de setembro de 2018.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. É inútil revoltar-se? In: Ética, sexualidade, política. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e escritos V). Disponível em http://minhateca.com.br/Silvio.Jose.Benelli/Documentos/Filosofia/Foucault/FOUCAULT*2c+Michel.+Ditos+e+escritos+V,1172755116.pdf. Acesso em 30 ago. 2017.

GONZALES, L. Lugar de negro. Editora Marco Zero, 1982.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 1998.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I.

MBEMBE, A. Crítica a Razão negra. Lisboa, Antígona, 2014.

_____. Necropolítica. N 1 edições, 2018.

MONTEIRO, A.V.V.M. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. Informações Econômicas. SP. v. 32, n. 6. 2006. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/ana%20victoria%20sobre%20AU.htm>. Acesso: 25 de setembro de 2017.

MOURA, J. A; FERREIRA, W. R; LARA; L. B. Silveira. Agricultura Urbana e Periurbana. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 69-80, jan./abr. 2018.

MOUGEOT, L. Agricultura Urbana: conceito e definição. Revista de agricultura Urbana, nº 1. Lima: IPES – Promoción de Desarrollo Sostenible, 2000.

NAME, L; CARDEMAN, R. G. Cenários de ocupação e transformação da paisagem na Baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 61-78, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0061.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2018.

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA M. A. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.28, n 755 o 48, p.755-780: jul/dez 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 11 de abril de 2018.

OLIVEIRA, L. S. Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.401>. Acesso em 03 de junho de 2018.

PAULO NETTO, P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

PRADO, B. A. ; MATTOS, C. ; FERNANDEZ, A. C. F.. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. Revista Agriculturas (Impresso), v. 9, p. 6-9, 2012.

RIBEIRO, S. M; BOGUS, C. M; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. Saude soc.[online]. 2015, vol.24, n.2, pp.730-743. ISSN 0104-1290. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>> Acesso em 14 março de 2018.

ROESE, A. D. Agricultura urbana: uma apresentação. In: Revista de Agricultura Urbana. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br>. Acesso em 14 de setembro de 2017.

SANTILLI, J. Sociambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: <<http://uc.sociambiental.org>> . Acesso em: 9 jan. 2018.

SANTOS, G. A. A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, M; FONSECA, S.F; PEREIRA, L.A.G. Manifestação da Atividade Agrícola no Espaço Urbano: Caso do Bairro Sagrada Família em Pirapora-MG. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 39-58, Dez. 2015. Disponível em: <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 ©1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú.

SILVA, Uschi Cristina. A Rede Carioca de Agricultura Urbana na Construção dos Mercados Solidários e da Agroecologia na Cidade .VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 18 – Agroecologia, economia(s) solidárias e mercados camponeses ISSN: 1980-4555. ANO 2017

ZAAR, M. H. Agricultura Urbana: algunas reflexiones sobre sua origen e importância actual. Biblio3W, Barcelona, v. XVI, n. 944, p. s/p, 2011. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 13 de março em 2017.